

**A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo
Discente**

*La Educación Superior Brasileña en el Nuevo Milenio y los Cambios en el Universo
Estudiantil*

Damião de Lima
Ana Paula Furtado Soares Pontes
Universidade Federal da Paraíba -UFPB
João Pessoa – Brasil
Edlamar Oliveira dos Santos
Instituto Federal de Pernambuco -IFPE
Recife – Brasil

Resumo

Este artigo discute as mudanças no cenário político brasileiro no novo milênio, analisando as políticas educacionais e as suas repercussões no universo discente. Metodologicamente, a pesquisa se baseou em três fontes básicas: a bibliografia acadêmica, os documentos oficiais do governo e os macrodados da Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP). Acerca do perfil discente, os dados analisados obedeceram a critérios espaciais e temporais, considerando a realidade nacional (Brasil), Regional (Nordeste) e local (Paraíba), nos anos de 2004, 2010 e 2017. Tais políticas propiciaram uma nova configuração social e econômica do corpo discente, aliando-se com a orientação de democratizar o ensino superior, levado à periferia dos grandes centros e aos mais longínquos rincões do país.

Palavras chave: Educação superior; Perfil discente; Políticas educacionais.

Resumen

Este artículo discute los cambios en el escenario político brasileño en el nuevo milenio, analizando las políticas educativas y sus repercusiones en el universo estudiantil. Metodológicamente, la investigación se basó en tres fuentes básicas: la bibliografía académica, los documentos oficiales del gobierno y los macrodatos de la Sinopsis Estadística de la Enseñanza Superior del Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP). En cuanto al perfil del alumnado, los datos analizados siguieron criterios espaciales y temporales, considerando la realidad nacional (Brasil), regional (Nordeste) y local (Paraíba) en 2004, 2010 y 2017. Estas políticas proporcionaron una nueva configuración social y económica del alumnado, aliada a la orientación de democratizar la enseñanza superior, llevada a la periferia de los grandes centros y a los rincones más alejados del país.

Palabras clave: Educación superior; Perfil del alumnado; Políticas educativas.

Introdução

Este texto é fruto de um projeto mais amplo intitulado “Mapa da Educação Superior da Paraíba”, da Chamada Universal MCTI/CNPq, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), posto em prática por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e instituições parceiras. O objetivo desse escrito é analisar as políticas públicas voltadas para a educação superior no novo milênio e suas repercussões no perfil discente. No presente artigo, serão expostos alguns resultados preliminares do projeto.

Essa nova configuração do público que acessa o nível superior de ensino está atrelada a uma série de mudanças ocorridas no país a partir do último quartel do século XX e que fizeram aumentar o desejo pelo acesso à educação superior, recrudescendo movimentos de organização e luta por parte de segmentos sociais secularmente excluídos desse bem. Metodologicamente, para a exposição do cenário político brasileiro e a análise das principais medidas governamentais que propiciaram essas mudanças no campo educacional, repercutindo no universo discente, utilizou-se como fontes as análises de estudiosos que abordam a questão, entre eles: Ristoff (2016), Mancebo (2015), Aprile e Barone (2008), também recorrendo-se a fontes primárias, documentos oficiais do governo e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Para a discussão acerca das repercussões no perfil discente, nosso principal instrumento foi a Sinopse Estatística da Educação Superior dos anos de 2004, 2010 e 2017. Conforme já assinalado, trata-se da apresentação dos primeiros resultados do projeto, destarte, diante da quantidade de dados disponíveis, fez-se um recorte espacial, temporal e privilegiou-se algumas dimensões de análise. Para este artigo, especificamente, optou-se por analisar quatro dimensões, a saber: a) as matrículas em cursos presenciais por sexo (feminino, masculino); b) a localização (capital, interior); c) a categoria administrativa (pública, privada); e d) o turno (diurno, noturno). No tocante à questão espacial, nosso estudo abrangeu três dimensões: Brasil, Nordeste e Paraíba.

O artigo será estruturado de forma que o leitor entenda o cenário nacional que vem acarretando modificações no perfil discente e as políticas públicas que possibilitaram essa

transformação, percebendo as nuances econômicas, políticas e sociais, as disputas entre os setores públicos e privados, bem como a necessidade de se garantir a continuidade desse rico e inclusivo processo que garantiu o retorno do sonho de ascensão social pela via educacional a milhões de brasileiras e brasileiros pobres que habitam as periferias dos grandes centros urbanos, bem como o interior do país.

O cenário nacional

O processo de urbanização brasileiro, ocorrido no último quartel do século passado, traz em si novas reivindicações dos movimentos populares e, conseqüentemente, novas demandas aos governantes. O aumento da população, nos grandes centros urbanos, tencionava o cenário político e social envolvendo todos os agentes urbanos: os novos moradores, que aspiravam acessar os serviços existentes; os moradores antigos, que tentam garantir o nível dos serviços existentes e a manutenção do *status quo*; e os governantes, que percebem a necessidade de ampliar investimentos, visando apaziguar os conflitos, mantendo as bases políticas dos moradores antigos, e ampliar o apoio, conquistando os novos moradores. Acrescente-se a esse processo os moradores das cidades de porte médio no interior dos estados, que também pautavam suas reivindicações.

No caso do Brasil, nesse período de consolidação da transição demográfica, o país estava sob um sistema de governo autoritário, o que, de certa forma, se não conseguiu repressar, ao menos manteve sob controle as reivindicações dos segmentos sociais insatisfeitos. No momento em que cresceram os questionamentos ao sistema e ocorreu o enfraquecimento dos governos militares, aumentaram também as reivindicações por acesso aos serviços públicos, com a luta por acesso educacional ganhando destaque.

Em 1985, com o fim do regime militar, esses movimentos se ampliaram e as reivindicações começaram a ser transplantadas para o campo dos direitos. Nesse sentido, temos a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do ano de 1996, esta última já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Outra medida de tal governo para nortear as ações dos próximos governantes foi a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010), que fixou metas para os vários níveis de ensino e apontou para a necessidade de se aumentar os investimentos nessa área. Nele, também consta a proposta de aumento do número de estudantes na educação superior.

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

No campo da efetivação dos direitos vinculados à questão educacional, ainda no governo de Fernando Henrique, foram elaborados dois instrumentos visando à efetivação da política de expansão do ensino. Em 1986, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, em 1999, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O FUNDEF destinava verbas para o ensino fundamental e o FIES garantia financiamento, via empréstimos, para os estudantes realizarem seus cursos em universidades privadas.

Embora represente avanços, as duas medidas são consideradas insuficientes na efetivação da expansão da educação para todos. A primeira por não destinar verbas ao ensino médio, e a segunda por depender de melhoria das condições econômicas capazes de tornar interessante aos jovens e às suas famílias a contratação de empréstimo visando à capacitação para o mundo do trabalho. Assim, as condições do ensino médio continuavam precárias e como o cenário, à época da criação do FIES, era de crise econômica, a grande aspiração dos setores populares continuava obstaculizada.

A entrada no novo milênio com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) traz novo alento aos movimentos populares. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) busca incrementar a política adotada pelo seu antecessor, objetivando transformar em ações efetivas o que estava posto na Constituição e na LDB. Nesse sentido, uma série de medidas é tomada visando à capacitação de professores em todo o ensino básico, bem como à ampliação de matrículas no ensino médio e ao aumento de vagas no ensino superior público e privado, também sendo desenvolvidas algumas estratégias para a manutenção dos estudantes de baixa renda no ensino superior.

Na sequência, foi eleita, também pelo PT, a Presidente Dilma Rousseff (2011-2016) que, além de continuar com a política do seu antecessor, criou condições para facilitar e ampliar o acesso de discentes das camadas populares ao ensino superior público, através de políticas de ações afirmativas, conhecidas como políticas de Cotas. A seguir, iremos estabelecer a relação entre essas políticas que passaram a vigorar no novo milênio e as mudanças no universo discente no ensino superior brasileiro.

Mudanças nas políticas de acesso à Educação Superior

Ao assumir o poder em 2003, o Presidente Lula, em atendimento às reivindicações dos movimentos sociais e populares, instituiu, através do Decreto de 20 de outubro de 2003,

o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação e à democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O resultado da análise desse Grupo e as propostas por ele apresentadas representaram um dos pilares da política governamental no campo do ensino superior público.

Outra importante contribuição nessa política virá das entidades ligadas à educação superior. Dentre estas, destacam-se a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Esta última apresentou ao governo recém-eleito a Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior (ANDIFES, 2003). Tal proposta seria posteriormente adotada e ampliada pelo governo, como veremos adiante.

Destarte, no ano de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Neste, estava prevista a integração de três eixos, sendo eles a educação sistêmica, a ordenação territorial e o desenvolvimento, concebidos para atuar em cinco níveis educacionais: educação básica, educação superior, educação profissional, alfabetização e diversidade. O referido programa era baseado em um lema: combater as desigualdades através do direito de aprender. No tocante ao ensino superior, o PDE ainda englobava o setor público e o privado, com destinação de investimentos para ambos.

Investimentos no setor privado: PROUNI e FIES

Uma das medidas objetivando a garantia do acesso aos discentes de baixa renda ao ensino superior foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004. Com ele, visa-se garantir o acesso desse segmento social ao ensino universitário por meio da oferta de bolsas de estudo, parciais ou integrais, em cursos de graduação ofertados por instituições privadas. As instituições que aderem ao programa são beneficiadas com isenções de impostos convertidos em bolsas de estudos.

Esse programa amplia o acesso ao ensino superior, buscando atender ao Plano Nacional de Educação e objetivando modificar a situação do país no cenário internacional que, no tocante aos índices de acesso a esse nível de ensino, era vexatória, como destacam Aprile e Barone (2008):

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

Implantado em 2005, o PROUNI insere-se em um contexto no qual apenas 13% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados em IES, segundo dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios, PNAD (2003). No conjunto dos países da América Latina, o Brasil apresenta um dos mais baixos índices de acesso, comparado com a Argentina (cerca de 40%), Venezuela (26%) e Chile (20,6%) (APRILE; BARONE, 2008, p. 10).

Teria direito às bolsas integrais do PROUNI o candidato que comprovasse renda familiar de até um salário mínimo e meio *per capita*. Já as bolsas parciais, de 50% do valor da mensalidade, seriam destinadas aos candidatos de renda familiar de até três salários mínimos *per capita*. Além do acesso ao ensino superior, o programa também visa à garantia da permanência do discente, concedendo bolsas mensais para o custeio de despesas com alimentação, transporte e compra de material escolar.

A melhoria das condições no ensino médio e a possibilidade real de acesso e permanência do ensino superior, via PROUNI, são dois fatores importantes no processo de mudança do perfil discente no ensino superior brasileiro. Essa mudança pode ser comprovada ao se examinar a procura pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que trouxe para o cenário de busca pelo ensino superior não apenas os estudantes que estavam cursando o ensino médio. No ano de 2006, o exame registrou um total de 3,7 milhões de inscritos, sendo que, destes, 1,6 milhão já haviam terminado o ensino médio em anos anteriores.

O Programa de Financiamento Estudantil (FIES), ampliado e reformulado no novo milênio, pode ser considerado como outra importante medida envolvendo a nova configuração de acesso ao ensino superior. A demanda por essa opção de financiamento era pequena; os empréstimos eram pouco acessados pela população de baixa renda. No entanto, a partir de 2010, uma mudança significativa foi efetuada no programa: os juros foram reduzidos de 6,5% para 3,4% ano e o prazo de carência foi ampliado para 18 meses após a conclusão do curso. Essa medida deu uma nova conotação ao programa, como mostra a citação de Ristoff (2016):

O Fies, a partir de 2010, deixou de ser um programa de permanência do estudante no setor privado e passou a ser um amplo programa de expansão do acesso à educação superior, especialmente em função dos baixos juros e de inovações no sistema de fiança. Importante destacar que, de 1999 a 2009, ou seja, em 10 anos, foram firmados 564 mil contratos. Nos últimos anos (2010-2016/1), devido às mudanças introduzidas, 2.334.755 contratos foram firmados (RISTOFF, 2016, p. 25).

Percebe-se que o acesso ao ensino superior privado além de aumentar, traz para o seio desse nível de ensino um segmento social novo. A política de expansão do acesso pelo

financiamento possibilitou, além do direito de aprender a um novo segmento, o crescimento considerável dos centros, das faculdades e das universidades privadas, além de um incremento na economia.

Em concomitância com essa expansão de vagas no ensino privado, outra grande mudança estava em curso; desta feita, vultosos investimentos foram destinados ao ensino superior público. Nesse segmento, temos uma série de políticas objetivando garantir acesso de estudantes oriundos das camadas populares. Consideramos essas políticas como muito importantes nessa nova configuração discente por várias razões, dentre elas a qualidade. Esta, aliada ao tripé ensino, pesquisa e extensão, é a marca maior da educação superior pública no Brasil.

Investimentos no setor público: REUNI e Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Em 2007, o governo federal criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, no ano seguinte, 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas medidas são fulcrais na nova configuração do ensino superior público. Elas atuam na melhoria das condições de trabalho nas instituições já existentes, na expansão do número de instituições, no aumento do número de vagas em todo o país e na interiorização da educação superior, influenciando a mudança do perfil discente.

Até 2002, o país possuía 45 universidades federais e 148 *campi* universitários. Para cumprir a meta do Plano Nacional de Educação, os investimentos no setor privado não eram suficientes. Além desse fator, a pressão dos movimentos populares e das entidades ligadas à educação, pelo acesso e melhoria do ensino público, gratuito e de qualidade, foi determinante para o projeto de expansão desse segmento. Destarte, o governo cria, em 2007, o REUNI.

O REUNI foi formulado pelo Ministério da Educação, apresentado e aceito pelas universidades que passaram a incluir metas relacionadas ao referido programa nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs). Nestes, consta a expansão das instituições com melhorias em todas as áreas, da infraestrutura, passando pela construção de novas instalações, aparelhamento das instalações já existentes, contratação de docentes e

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

técnico-administrativos, construção de *campi* no interior, melhor aproveitamento dos espaços e significativo aumento de vagas para discentes. Para adesão ao REUNI, as universidades deveriam atender a suas diretrizes, dentre elas destacamos:

I – Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.

II – Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.

[...]

V – Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. (BRASIL, 2007c, s/p.).

Nesse contexto de expansão, a proposta original do PDE foi ampliada e acrescida da questão da integração regional e internacional. Para tal desiderato, além da expansão, foram criadas quatro novas universidades: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (BRASIL, 2012b, p. 11).

Como fruto do REUNI, em 2012, o cenário era bastante diverso do cenário de 2002. Saímos de 44 para 59 universidades federais. No processo de interiorização, o número de *campi* no interior saltou de 148 para 274, e o número de municípios atendidos por universidades federais foi de 114 para 272. Percebe-se, portanto, a influência desse programa na democratização e na interiorização do ensino superior público (BRASIL, 2012a).

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, modificou o cenário do ensino superior com ampliação do número de instituições, de cursos e de vagas. Segundo dados do MEC, até 2002, existiam 140 escolas técnicas no país. Em 2016, existiam 644. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases, que preconizavam 400 novas unidades (BRASIL, 2016).

A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas dessas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Visando à diversidade espacial e ao desenvolvimento regional e local, priorizou-se também a construção de unidades nas periferias de grandes centros urbanos e em municípios do interior. Essa política de interiorização foi seguida e tem apresentado resultados significativos. Segundo dados do Tribunal de Contas da União, “apenas 15% dos *campi* estão nas capitais dos estados e 187 *campi* localizam em municípios com menos de 50.000

habitantes e destes, 52 unidades estão instaladas em municípios com população inferior a 20.000 habitantes” (BRASIL, 2011, p. 11).

O cenário de hoje é bem distinto do que tínhamos no início do milênio. Na atualidade, segundo dados do MEC, temos uma rede formada por 38 Institutos Federais de Educação, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, o Colégio Pedro II e os diversos *campi* espalhados por todo o país.

Merece registro que essa política de expansão não se deu sem embates e resistências. As disputas foram intensas. Felizmente, o cenário era favorável à democratização e aos movimentos sociais. As entidades ligadas à educação não arrefeceram e buscaram garantir, além da expansão das vagas, o acesso destas pelas populações secularmente excluídas desse nível de ensino. Passaremos, a seguir a analisar os dados acerca dessa mudança no perfil discente.

Mudanças no universo discente: análise de macrodados

Como já foi afirmado, o processo de mudança no perfil dos estudantes de instituições de ensino superior brasileiro inicia-se a partir da criação do FIES (1999), ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, uma mudança significativa acontece a partir dos anos seguintes, fruto de maiores investimentos em infraestrutura e aumento de vagas no setor público e privado e com as políticas de inclusão e permanência, sobretudo após a criação do PROUNI (2004), do REUNI (2007) e com o Novo FIES (2010), programas que ampliaram o acesso ao ensino superior.

Em razão do exposto, utilizando-se dos Macrodados da Sinopse Estatística da Educação Superior, foram analisadas as matrículas em cursos presenciais segundo as dimensões: a) categoria administrativa (pública, privada); b) localização (capital, interior); c) turno (diurno, noturno) e d) sexo (feminino, masculino). Como critério temporal, adotou-se os dados dos Censos dos anos de 2004, 2010 e 2017ⁱ.

A evolução do processo de interiorização da educação superior é um aspecto relevante na discussão sobre a mudança do perfil dos graduandos, pois reflete o aumento das oportunidades educacionais para estudantes do interior. Ao considerar as matrículas em cursos de graduação presenciais, segundo a localização (capital e interior), verificam-se os seguintes dados:

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

Tabela 1: Distribuição de matrículas de cursos presenciais, por localização, no Brasil, 2004-2010- 2017

Brasil	2004			2010			2017		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Total	4.163.733	1.871.234	2.292.499	5.449.120	2.590.888	2.858.232	6.529.681	3.020.854	3.508.827
%	100%	44,9%	55,1%	100%	47,5%	52,5%	100%	46,3%	53,7%
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	30,9%	38,5%	24,7%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	19,8%	16,6%	22,8%
Pública	1.178.328	503.639	674.689	1.461.696	627.379	834.317	1.879.784	731.238	1.148.546
%	28,3%	42,7%	57,3%	26,8%	42,9%	57,1%	28,8%	38,9%	61,1%
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	24,0%	24,6%	23,7%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	28,6%	16,6%	37,7%
Privada	2.985.405	1.367.595	1.617.810	3.987.424	1.963.509	2.023.915	4.649.897	2.289.616	2.360.281
%	71,7%	45,8%	54,2%	73,2%	49,2%	50,8%	71,2%	49,2%	50,8%
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	33,6%	43,6%	25,1%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	16,6%	16,6%	16,6%

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior.

No Brasil, o número de matrículas presenciais apresenta um aumento mais expressivo no período 2004-2010, alcançando um crescimento de 30,9%, sendo seguido por um crescimento menor no período seguinte (19,8%), chegando em 2017 com 6.529.681 matrículas.

Em 2017, registra-se que, no Brasil, o número de matrículas em cursos de graduação presenciais em instituições no interior dos estados (53,7%) foi superior ao das localizadas em capitais (46,3%). Tal dado segue a tendência nacional de interiorização das matrículas, ressaltada por Sampaio (2011) como um fenômeno que não é recente, sendo verificada desde os anos 1970 e o início dos anos 1980, ocasião em que instituições privadas de ensino superior se instalaram e se expandiram no interior do estado.

Ainda em relação ao estudo de Sampaio (2011), entre 2000 e 2004, o aumento foi de 60,5%, e entre 2004 e 2008, apresentou um crescimento de 22,0%. Pelos dados apresentados na Tabela 1, entre 2004-2010, verifica-se uma recuperação no aumento desse percentual, chegando a 30,9%, sendo, entretanto, verificado um crescimento menor no período seguinte (2010-2017), com uma evolução de 19,8%.

No período considerado por Sampaio (2011), entre 2004 e 2008, as matrículas na capital apresentaram uma evolução de 23,9%, ao passo que nas instituições do interior o

percentual foi menor, chegando a 20,5%. Entretanto, no período de nosso estudo, entre 2004 e 2010, em que pese a evolução das matrículas na capital tenha sido maior, atingindo 38,5%, tal evolução foi bem menor no período seguinte (2010-2017), quando chegou a 16,6%, o que aponta para uma desaceleração do crescimento de matrículas na capital.

No que se refere às matrículas no interior, a considerar 2004-2008, período analisado por Sampaio (2011), a evolução foi de 20,5%, percentual que se amplia no primeiro período de nosso estudo (2004-2010), com 24,7%, seguido de uma redução na evolução entre 2010-2017, quando apresenta 22,8% de crescimento. Entretanto, em que pese tenha havido tal redução, verifica-se que, em 2017, o número de matrículas no interior passou a representar 53,7% das matrículas totais, percentual superior ao identificado em 2010, quando representava 52,5% do total.

Por fim, cabe registrar que, no Brasil, o número de graduandos de cursos presenciais em todos os anos considerados é maior em instituições localizadas no interior que nas capitais, sendo tal percentual sempre superior a 50% das matrículas totais.

Com isso, vale ressaltar que essa questão representa uma importante mudança no perfil discente: o crescimento no número de matrículas no interior. Em 2004, no Brasil, tínhamos aproximadamente 2,3 milhões de alunos do interior matriculados em instituições de ensino superior; em 2010, ocorre um pequeno acréscimo, chegando a 2,8 milhões. Entretanto, em 2017, fruto das políticas analisadas, esse número salta para mais de 3,5 milhões de estudantes acessando esse nível de ensino no interior do país.

No tocante à categoria administrativa (pública ou privada), verifica-se que prevalece o número de matrículas sendo maior em instituições privadas, com percentuais superiores a 70% em todos os períodos considerados. Merece destaque o crescimento do percentual de matrículas ser maior entre 2004 e 2010, com 33,6%, comparado com o período posterior (2010-2017), que ficou com crescimento bem menor (16,6%).

No que se refere à localização dos graduandos das redes privadas, identifica-se que um percentual maior está matriculado em instituições localizadas nas cidades do interior, estatística que permanece em torno de 50% em todos os anos analisados. Entre 2004 e 2010, tais matrículas apresentaram um crescimento percentual de 25,1%, mas, em que pese tal evolução, o percentual de estudantes matriculados em instituições do interior diminuiu, passando de 54,2% em 2004 para 50,8%, em 2010. No período seguinte (2010-2017), o

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

crescimento foi menor (16,6%), mantendo-se o percentual de estudantes do interior representando 50,8% do total.

Quanto às matrículas de graduandos em IES privadas das capitais, o quantitativo equivale a 45,8% do total de matrículas, em 2004, apresentando um crescimento de 43,6% em 2010, chegando a representar 49,2% do total. Este percentual se manteve em 2017, mesmo diante de uma evolução menor (16,6%) que a verificada no período anterior (25,1%).

Quando a análise recai sobre as matrículas nas instituições públicas, percebe-se uma evolução similar no número de matrículas tanto na capital quanto no interior, entre 2004 e 2010, chegando a 24,6 e 23,7%, respectivamente. Merece destaque, no período 2010-2017, a evolução na matrícula em instituições públicas do interior (37,7%), que foi superior ao crescimento verificado no período anterior (2004-2010), com 23,7%, e bem superior à evolução verificada na capital (16,6%). Tal cenário é consequência da política de expansão em andamento nessas instituições, nomeadamente o REUNI, que, segundo Mancebo (2015), foi o programa responsável pelo aumento de cerca de 70% das matrículas em cursos de graduação presenciais nas universidades federais, entre os anos de 2007 e 2013.

Registra-se que o número de matrículas em cursos presenciais nas IES públicas localizadas no interior é superior ao verificado nas capitais em todos os anos analisados: 57,3% em 2004, com pequena alteração em 2010 (57,1%). Entretanto, em 2017, apresentou aumento, chegando a representar 61,1% do total de matrículas nessa rede.

O quantitativo de matrículas de graduandos em IES públicas, nas capitais, equivale a 42,7% em 2004, pouco se alterando em 2010 (42,9%), frente a um crescimento de 24,6%. No período posterior (2010-2017), registra-se um crescimento menor (16,6%) de matrículas nas capitais, quantitativo que representa 38,9% do total de matrículas em IES públicas.

Observa-se que, em 2004, no Brasil havia aproximadamente 2,3 milhões de alunos do interior matriculados em cursos presenciais, sendo 674.689 matriculados em IES públicas, quantitativo que chegou a 1.148.546 em 2017. Isso quer dizer que o processo de interiorização quase chegou a duplicar o número de discentes acessando esse nível de ensino.

Voltando a atenção para a região Nordeste, são apresentados os dados referentes ao reflexo do processo de interiorização da educação superior sobre as matrículas em cursos

de graduação presenciais na Tabela 2, apresentada a seguir, discriminando sua localização (capital, interior):

Tabela 2: Distribuição de graduandos/as de cursos presenciais, por localização, na região Nordeste, 2004-2017

NE	2004			2010			2017		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Total	680.029	430.207	249.822	1.052.161	640.719	411.442	1.447.248	837.551	609.697
%	100%	63,3%	36,7%	100%	60,9%	39,1%	100%	57,9%	42,1%
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	54,7%	48,9%	64,7%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	37,6%	30,7%	48,2%
Pública	345.508	173.859	171.649	438.090	210.971	227.119	546.760	244.310	302.450
%	50,8%	50,3%	49,7%	41,6%	48,2%	51,8%	37,8%	44,7%	55,3%
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	26,8%	21,3%	32,3%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	24,8%	15,8%	33,2%
Privada	334.521	256.348	78.173	614.071	429.748	184.323	900.488	593.241	307.247
%	49,2%	76,6%	23,4%	58,4%	70%	30,0%	62,2%	65,9%	34,1%
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	83,6%	67,6%	135,8%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	46,6%	38,0%	66,7%

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior.

No Nordeste, identifica-se um crescimento mais expressivo entre 2004 e 2010 (54,7%), seguido de uma menor evolução no período seguinte (2010-2017), com 37,6%. Entretanto, ao verificar como essa expansão se expressa geograficamente na região, identifica-se que a evolução é maior nas cidades do interior do que nas capitais.

O crescimento nas matrículas em cursos presenciais de cidades do interior foi expressivo entre 2004 e 2010, chegando a 64,7%, sendo seguido por um crescimento menor (48,2%) no período seguinte (2010-2017). Tal evolução se reflete no aumento da proporção de matriculados no interior, que passaram de 36,7% em 2004 para 39,1% em 2010, chegando a corresponder a 42,1% das matrículas totais em 2017.

Em 2017, o número de matrículas na capital representa 57,9% do total de matrículas, prevalência que também se verifica nos anos anteriores, porém, de forma menos expressiva, vez que, em 2004, representava 63,3% do total de matrículas e, em 2010, chegou a 60,9%. Verifica-se, assim, um crescimento de matrículas presenciais menor em instituições localizadas nas capitais de um período para o outro, correspondendo a uma evolução: de 48,9% entre 2004 e 2010 para 30,7% entre 2010 e 2017.

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

Todavia, considerando a categoria administrativa (público, privado), o processo de interiorização no Nordeste reflete situações diferenciadas que precisam ser destacadas. O setor público apresenta maior crescimento no interior que nas capitais, em ambos os períodos considerados, com crescimento de 32,3%, entre 2004-2010, com leve alteração (33,2%) no período seguinte (2010-2017), ultrapassando os 50% do total de matrículas em 2010 e 2017, com 51,8% e 55,3%, respectivamente.

Outrossim, verifica-se uma evolução inferior das matrículas na capital, oscilando de um crescimento de 21,3% entre 2004 e 2010, seguida de uma evolução ainda menor no período seguinte (15,8%). Assim, o número de matrículas em instituições públicas localizadas nas capitais reduz proporcionalmente nos anos que seguem (2010-2017), deixando de corresponder a 50,3% do total de matrículas em 2004 para representar 48,2% e 44,7% em 2010 e 2017, respectivamente.

Em contrapartida, no setor privado, a evolução é mais expressiva no interior do que nas capitais, apresentando um crescimento de 135,8% entre 2004 e 2010, seguida de uma menor evolução (66,7%) no período seguinte (2010-2017). Assim, o número de matrículas em instituições privadas localizadas em cidades do interior deixa de representar 23,4% do total de matrículas em 2004, para representar 30,0% e 34,1% em 2010 e 2017, respectivamente.

Ao compararmos o acesso do estudante interiorano do Nordeste com os números mais gerais do país, podemos afirmar que a tendência à interiorização se mantém. Em 2004, estavam matriculados 249.822 estudantes, em 2010, esse número chegou a 411.442 e, em 2017, alcançava 609.697. Isso quer dizer que, no período analisado, mais que duplicou o número de estudantes do interior da região que passou a acessar o ensino superior. Entretanto, verifica-se uma desaceleração que precisa ser discutida e acompanhada em períodos posteriores, servindo para analisar possíveis tendências, implicações e desdobramentos.

Por fim, apresentam-se os dados da Paraíba referentes ao reflexo do processo de interiorização da educação superior sobre as matrículas em cursos de graduação presenciais na Tabela 3, a seguir, discriminando sua localização (capital, interior):

Tabela 3: Distribuição de graduandos/as de cursos presenciais, por localização, na Paraíba, 2004-2010-2017

PB	2004			2010			2017		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Total	52.633	27.655	24.978	88.906	44.824	44.082	136.087	65.896	70.191
%	100%	52,5%	47,5%	100%	50,4%	49,6%	100%	48,4%	51,6%
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	68,9%	62,1%	76,5%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	53,1%	47,0%	59,2%
Pública	36.044	15.994	20.050	53.036	23.247	29.789	67.426	26.968	40.458
%	68,5%	44,4	55,6	59,7%	43,8	56,2	49,5%	40	60
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	47,1%	45,3%	48,6%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	27,1%	16,0%	35,8%
Privada	16.589	11.661	4.928	35.870	21.577	14.293	68.661	38.928	29.733
%	31,5%	70,3%	29,7%	40,3%	60,2%	39,8%	50,5%	56,7%	43,3%
Cresc. % 2004-2010	-	-	-	116,2%	85,0%	190,0%	-	-	-
Cresc. % 2010-2017	-	-	-	-	-	-	91,4%	80,4%	108,0%

Fonte: Censo da Educação Superior

Na Paraíba, identificamos uma significativa evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais nos dois períodos considerados, identificando-se, entre 2004 e 2010, um crescimento de 68,9% e, no período seguinte (2010-2017), 53,1%. Registra-se como mais expressivo o crescimento das matrículas em instituições localizadas no interior em 2004-2010, chegando a uma evolução de 76,5% e, no período seguinte, também é mais expressiva a evolução das matrículas no interior, com 59,2%.

Entretanto, o número de matrículas em instituições localizadas na capital (João Pessoa) também seguiu em evolução, passando de um crescimento de 62,1% no primeiro período (2004-2010) para 47,0% entre 2010 e 2017, apresentando, neste último ano, um número de estudantes bastante expressivo (65.896).

Considerando os dados por categoria administrativa, verifica-se que o número de matrículas em instituições públicas segue crescendo nos períodos em estudo, sendo maior entre 2004 e 2010, apresentando crescimento de 47,1%, percentual superior ao crescimento no período seguinte, quando atinge 27,1%. Nessa rede, o crescimento das matrículas é mais elevado no interior do estado em ambos os períodos considerados, com uma elevação de 48,6% no primeiro período, apresentando um crescimento menor (35,8%) entre 2010 e 2017.

No âmbito das instituições privadas, verifica-se um crescimento mais expressivo no número de matrículas em instituições privadas do que nas públicas, sendo 116,2% entre 2004 e 2010, e 91,4% no período 2010-2017. O crescimento é maior nas instituições do interior, entre 2004 e 2010, com uma evolução de 190,0% no número de matrículas, contrastando

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

com uma evolução de 85,0% na capital. Já no período seguinte (2010-2017), o crescimento no número de matrículas no interior é de 108,0%, sendo menor ao verificado em instituições localizadas na capital (80,4%).

Entretanto, cabe destacar o expressivo crescimento de matrículas em instituições privadas da capital paraibana, ultrapassando de 80% em ambos os períodos. Destarte, em 2017, ainda prevalece como maior o número de matrículas em instituições privadas em João Pessoa (56,7%), comparando com o interior da Paraíba (43,3%), que segue em ascensão. Tais percentuais refletem uma diminuição da proporção de matrículas em capital X interior ao longo dos períodos analisados, o que remete a uma tendência de aumento de matrículas nas IES de cidades do interior do estado, verificada também no Nordeste e no país.

Diante do processo de interiorização das instituições públicas e privadas, verifica-se o aumento significativo do número de graduandos de instituições localizadas em municípios do interior do estado, refletindo o aumento de oportunidades educacionais para quem lá reside, o que se reflete na mudança do perfil dos estudantes do ensino superior, passando a ser composto por populações antes não contempladas pelas IES, refletindo, assim, na ampliação de oportunidades educacionais para segmentos populacionais até então excluídos desse nível de ensino (BITTAR; OLIVEIRA; LEMOS, 2011).

Na Paraíba, ao se considerar os dados absolutos, o processo de interiorização é ainda mais significativo. Verifica-se uma evolução importante no número de estudantes do interior que passaram a ser contemplados pela oferta de cursos de graduação presenciais, passando de 24.978 em 2004 para 44.082 em 2010, chegando a 70.191 graduandos em 2017.

Dessa maneira, quase que triplicou o número de estudantes do interior com acesso ao ensino superior. Outro destaque é o papel do ensino público nesse crescimento. Observa-se que o estado saiu, em 2004, de 20.050 matrículas em cursos presenciais oferecidos em instituições públicas localizadas no interior para 40.458 em 2017. Já considerando o total de 70.191 matrículas no interior em 2017, 42,2 % destas estão vinculadas a instituições privadas e 57,6%, a instituições públicas. Nesse sentido, a interiorização da educação na Paraíba é capitaneada pelas políticas de expansão e acesso postas em prática nas instituições públicas.

Por fim, serão apresentados os dados relativos ao turno de matrícula dos estudantes de graduação presencial nos períodos em análise, considerando-se que a oferta reflete, em

muito, o perfil dos estudantes que são atendidos pela IES. Tais dados constam na Tabela 4, que segue:

Tabela 4: Distribuição de graduandos/as de cursos presenciais, por turno, no Brasil, 2004-2010- 2017

UF/Categ.	2004			2010			2017		
	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno
Brasil	4.163.733	1.709.385	2.454.348	5.449.120	1.991.640	3.457.480	6.529.681	2.640.869	3.888.812
%	100%	41,1%	58,9%	100%	36,5%	63,5%	100%	40,4%	59,6%
Pública	1.178.328	753.034	425.294	1.461.696	906.457	555.239	1.879.784	1.206.277	673.507
%	28,3%	63,9%	36,1%	26,8%	62,0%	38,0%	28,8%	64,2%	35,8%
Privada	2.985.405	956.351	2.029.054	3.987.424	1.085.183	2.902.241	4.649.897	1.434.592	3.215.305
%	71,7%	32,0%	68,0%	73,2%	27,2%	72,8%	71,2%	30,9%	69,1%
Nordeste	680.029	357.678	322.351	1.052.161	493.268	558.893	1.447.248	719.082	728.166
%	100%	52,6%	47,4%	100%	46,9%	53,1%	100%	49,7%	50,3%
Pública	345.508	229.317	116.191	438.090	271.794	166.296	546.760	361.111	185.649
%	50,8%	66,4%	33,6%	41,6%	62,0%	38,0%	37,8%	66,0%	34,0%
Privada	334.521	128.361	206.160	614.071	221.474	392.597	900.488	357.971	542.517
%	49,2%	38,4%	61,6%	58,4%	36,1%	63,9%	62,2%	39,8%	60,2%
Paraíba	52.633	30.898	21.735	88.906	50.519	38.387	136.087	73.251	62.836
%	100%	58,7%	41,3%	100%	56,8%	43,2%	100%	53,8%	46,2%
Pública	36.044	24.084	11.960	53.036	34.428	18.608	67.426	45.576	21.850
%	68,5%	66,8	33,2%	59,7%	64,9%	35,1%	49,5%	67,6%	32,4%
Privada	16.589	6.814	9.775	35.870	16.091	19.779	68.661	27.675	40.986
%	31,5%	41,1%	58,9%	40,3%	44,9%	55,1%	50,5%	40,3%	59,7%

Fonte: Censo da Educação Superior

Ao se verificar tais dados, registra-se que, no Brasil, em todos os anos analisados, prevaleceu como maior o número de graduandos matriculados em cursos presenciais noturnos, percentual que aumenta entre 2004 e 2010, sofrendo uma redução no período seguinte, uma vez que as matrículas nesse turno correspondiam a 63,5% do total em 2010, passando a representar 59,6% em 2017. Tal panorama reflete o que se verifica nas instituições privadas, que são responsáveis por mais de 70% de matrículas em todos os períodos considerados. Assim, identifica-se que a prevalência de matrículas em cursos noturnos na rede privada no período em análise se reflete no quadro de matrículas do país, dado o peso que tal rede possui no total de matrículas no ensino superior brasileiro.

Considerando o número de graduandos de cursos noturnos na rede privada no país, verifica-se que este é superior a 60% em todos os anos analisados, apresentando um aumento entre 2004 e 2010, passando de 68% para 72,8%, com uma leve redução de crescimento em 2017, chegando a representar 69,1% do total de matrículas nesse ano. Em contrapartida, a rede pública apresentou um maior percentual de matrículas em cursos

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

diurnos, com 63,9% das matrículas em 2004, passando a 62,0% em 2010, chegando em 2017, a representar 64,2% do total das matrículas.

Ao se observar as mudanças ao longo do período na região Nordeste, verifica-se que prevalece, em 2017, o número de matrículas em cursos noturnos. Entretanto, em 2004, o número de matrículas em cursos diurnos era superior (52,6%), caindo para 46,9% em 2010. Já em relação às matrículas nos cursos noturnos, entre 2004 e 2010, verifica-se um aumento, passando de 47,4% para 53,1%, mas com um leve decréscimo em 2017, chegando a representar 50,3% do total de matrículas.

Ao observarem-se os dados relativos a matrículas na rede privada, no Nordeste, identifica-se que prevalece o número de graduandos matriculados em cursos noturnos, sendo percebida uma elevação desse percentual, passando de 61,6% em 2004 para 63,9% em 2010. Diferentemente, em 2017, registra-se que tal percentual decresce, passando as matrículas nos cursos presenciais noturnos a representar 60,2% do total.

Em contrapartida, nas instituições públicas identifica-se que, em todos os períodos considerados, as matrículas no turno diurno apresentam um percentual superior a 60%, com uma redução de 66,4% em 2004 para 62,0% em 2010, sendo seguido por uma recuperação de crescimento em 2017, chegando a representar 66% do total de matrículas.

Por fim, considerando a realidade da Paraíba, verifica-se a prevalência de graduandos matriculados em cursos diurnos, seguindo uma tendência de redução ao longo do período analisado, passando de 58,7% em 2004 para 56,8% em 2010, chegando a 53,8% em 2017.

Ao considerar a rede privada na Paraíba, refletindo a tendência regional e nacional, identifica-se que o número de matrículas em cursos noturnos é superior a 50% em todo o período em estudo, com leve decréscimo entre 2004 e 2010, passando de 58,9% para 55,1% em 2010, retomando o crescimento em 2017, com 59,7% do total de matrículas.

A rede pública responde por 68,5% do total de matrículas da Paraíba, realidade inversa à verificada nacionalmente, onde se destaca a rede privada com 71,7% das matrículas. No estado, prevalece o número de matrículas em cursos diurnos, sendo superior a 60% em todo o período considerado. Entre 2004-2010, verifica-se o decréscimo nesse percentual, passando de 66,8% para 64,9%, em 2010, elevando-se em 2017, chegando a representar 67,6% do total de matrículas.

Diante dos dados apresentados na Tabela 4, verifica-se que o número de graduandos matriculados em cursos presenciais noturnos no país e na região Nordeste cresceu proporcionalmente em relação ao total de matrículas, entre 2004 e 2010, mas decresceu em 2017, diferentemente da Paraíba, que apresenta tais percentuais crescentes em todos os períodos analisados. Ao se observar os dados totais, o número de graduandos matriculados em cursos noturnos no país e no Nordeste prevalece como maior, sendo maior também em instituições privadas não apenas no Brasil, mas no Nordeste e na Paraíba. Em contrapartida, ao se considerar instituições públicas, registra-se a prevalência de graduandos matriculados em cursos diurnos tanto no país, quanto no Nordeste e na Paraíba.

Infere-se desses dados que, tanto no Brasil como Nordeste, o crescimento dos estudantes que acessam o ensino superior advém das classes trabalhadoras. O aluno do curso noturno, em geral, trabalha durante o dia e estuda à noite. Isso explica também a manutenção significativa de matrículas em instituições privadas. Nestas, a oferta de cursos noturnos é abundante, o que pouco ocorre com as instituições públicas que geralmente ofertam cursos no turno diurno.

Mesmo com as mudanças do REUNI, que preconizava o aumento de vagas nos cursos noturnos, esse programa não foi suficiente para modificar essa configuração. Os dados da Paraíba reforçam essa afirmativa: dos 67.426 alunos das instituições públicas, 45.576, isto é, 67,6% estão em cursos diurnos. No tocante à variável sexo, identificamos que, em todo o período em questão (2004-2017), há a prevalência de estudantes do sexo feminino nos cursos de graduação presenciais, conforme pode ser verificado na Tabela 5, apresentada a seguir:

Tabela 5: Distribuição de graduandos/as de cursos presenciais, por sexo e Unidade da Federação, 2004-2010-2017

UF	2004			2010			2017		
	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
Brasil	4.163.733	1.817.217	2.346.717	5.449.120	2.432.816	3.016.304	6.529.681	2.910.918	3.618.763
%	100	43,6	56,4	100	44,6	55,4	100	44,6	55,4
NE	680.029	294.790	385.239	1.052.161	452.228	599.933	1.447.248	622.811	824.437
%	100	43,3	56,7	100	43,0	57,0	100	43,0	57,0
PB	52.633	24.103	28.530	88.906	39.763	49.143	136.087	61.637	74.450
%	100	45,8	54,2	100	44,7	55,3	100	45,3	54,7

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior.

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

Os dados do Censo da Educação Superior de 2017 confirmam uma tendência histórica: o sexo feminino tem uma maior participação nos cursos de graduação presenciais. Ristoff (2016), ao analisar a série histórica (1991-2011), já ressaltava que as mulheres eram maioria absoluta na graduação brasileira, representando, em 2011, 57% do total das matrículas (cursos presenciais e à distância), maioria que se verificava desde 1991, quando representava 53% das matrículas.

A partir da Tabela 5, verificamos que, no país, em 2017, as mulheres são maioria, representando 55,4% do total das matrículas em cursos de graduação presenciais. O percentual de mulheres nesses cursos, no Nordeste, é 57,0%, e, na Paraíba, 54,7%, refletindo a tendência nacional. Destaca-se, como relevante, o crescimento do número de mulheres ingressando no ensino superior, uma vez que, no Brasil, em 2004, eram 2.346.717, chegando a 3.618.763 em 2017, o que representa um aumento de 54,3% no período 2004-2017. Tal crescimento foi bem mais expressivo na região e no estado analisados, sendo verificado um aumento do número de matrículas de mulheres de 114,0% e 160,1%, respectivamente.

Por fim, a partir da discussão empreendida, destacamos nossos principais achados:

- No Brasil, o número de matrículas em cursos de graduação presenciais volta a crescer, prevalecendo o número de matrículas em instituições privadas. Registra-se, ainda, o elevado número de matrículas em IES localizadas no interior, acompanhado de uma desaceleração do crescimento de matrículas na capital.
- No país, o número de matrículas nas instituições privadas é maior ao das públicas, sendo superior a 70% em todos os anos considerados. O número de matrículas no interior mantém-se acima de 50%, entretanto apresentando um menor crescimento em 2017.
- Já nas instituições públicas brasileiras, a evolução no número de matrículas nas cidades do interior foi superior ao verificado nas capitais, com maior crescimento no período 2010-2017, em consequência do REUNI.
- No Nordeste, a evolução na matrícula é mais expressiva entre 2004 e 2010, sendo o crescimento maior no interior em todo o período considerado.
- Nessa região, o setor público apresenta maior crescimento de matrículas no interior em ambos os períodos considerados, aliado a uma evolução inferior e decrescente das matrículas nas capitais. Já o setor privado apresenta um crescimento maior no interior, com um crescimento bem mais expressivo entre 2004 e 2010.

- Na Paraíba, a evolução das matrículas é bem significativa nos dois períodos considerados, sendo mais significativo o crescimento das matrículas no interior.
- Em relação às instituições públicas da Paraíba, o crescimento do número de matrículas é mais elevado no interior em ambos os períodos considerados, apresentando uma evolução menor entre 2010 e 2017.
- Quanto às IES privadas do estado, o crescimento no número de matrículas é bem mais expressivo que na rede pública, sendo a evolução mais significativa nas instituições do interior.
- No Brasil, prevaleceu o número de graduandos matriculados em cursos presenciais noturnos, refletindo o peso das instituições privadas no total de matrículas do país. Já a rede pública apresentou maior percentual de matrículas em cursos diurnos.
- No Nordeste, entre 2010 e 2017, prevaleceu o número de matrículas em cursos noturnos, o que também se verifica na rede privada. Já nas instituições públicas, em todos os períodos considerados, registra-se um maior percentual de matrículas no turno diurno.
- Na Paraíba, o número de matriculados em cursos diurnos prevalece, bem como na rede pública, que responde por 68,5% do total de matrículas do estado. Na rede privada, refletindo a tendência regional e nacional, o número de matrículas em cursos noturnos é superior.
- No Brasil, no Nordeste e na Paraíba, as mulheres são maioria nos cursos de graduação presenciais, representando mais de 50% do total das matrículas em todos os anos considerados, sendo bem mais expressiva a evolução dessas matrículas na região e no estado em comparação com o país.

Considerações finais

Os primeiros resultados que destacamos nessas considerações são a amplitude e a desconcentração das políticas governamentais. Os dados analisados apontaram para uma padronização dos efeitos das medidas, nos três cenários analisados: nacional, regional e local. Podemos afirmar que as repercussões das políticas educacionais foram sentidas, com aproximação proporcional em todas as três dimensões de análise. Podemos indicar também que as políticas governamentais postas em prática a partir de 1999 e incrementadas a partir de 2004 têm impactado o ensino superior, em especial o universo discente, modificando o perfil do estudante que acessa o ensino superior privado ou público.

A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente

No setor privado, as bolsas do PROUNI e a reestruturação do FIES, com juros mais baixos, fizeram aumentar os investimentos no setor e possibilitaram o acesso ao ensino superior de uma camada da população composta por jovens e adultos trabalhadores que, sem essa política, não seria absorvida pelo setor privado. O REUNI e os Centros Federais de Educação atuaram em duas frentes nesse processo de mudança do perfil discente. Na primeira, ao ampliar o número de vagas em cursos noturnos, ampliaram a oportunidade para jovens e adultos trabalhadores que só tinham acesso ao ensino noturno se recorressem ao setor privado que, mesmo com o PROUNI e o FIES, oferecia acesso limitado. Na segunda, tão importante ou mais importante que a primeira, houve o processo de interiorização que orientou suas políticas.

Os dados analisados reforçam a relevância do processo de interiorização da educação pública e seu peso cada vez maior em estados mais pobres, como pode ser exemplificado no estudo referente ao estado da Paraíba.

Os dados analisados também reforçam um aspecto interessante na questão de gênero. Mesmo não existindo uma política educacional específica e direcionada para a equiparação entre os gêneros, a manutenção do percentual de matrículas de pessoas do sexo feminino superior ao número de matrículas de pessoas do sexo masculino sem dúvidas contribui com essa equiparação, ao possibilitar que mais mulheres tenham novas oportunidades de melhor qualificação profissional, através do acesso a um curso superior. O fato de milhares de mulheres estarem cada vez mais presentes no ensino superior tende a incorporar também as oriundas de camadas populares das periferias dos grandes centros e moradoras de cidades do interior, o que representa uma mudança significativa no perfil discente.

O acentuado aumento da interiorização do ensino superior, tanto privado quanto público, é outro fator que merece ser ressaltado. Desde meados do século passado que o país experimentava a concentração de rendas e, conseqüentemente, de oportunidades e de pessoas nos grandes centros urbanos. Com a interiorização da educação superior, milhares de jovens e adultos que antes teriam que se deslocar para as grandes metrópoles ou para as capitais dos seus estados, em busca de melhor qualificação profissional, passaram a contar com essa oportunidade na sua própria cidade ou em cidades próximas a sua cidade de origem.

Isso significa que o universo discente foi ampliado, aos milhares, com adultos e jovens trabalhadores que tem suas raízes nas periferias dos grandes centros e nos mais distantes rincões do país. Este novo público, composto na sua maioria por mulheres, apresenta, pela sua inexperiência no mundo acadêmico e pela sua vivência no mundo do trabalho, um desafio enorme para a estrutura universitária que foi pensada e vinha atuando para atender a outro público.

Em síntese, como pode ser visto neste artigo, vivencia-se um novo cenário na educação pública brasileira. Esse processo foi apenas iniciado e, infelizmente, já começa a enfrentar fortes oposições dos dois últimos governos. No entanto, acreditamos que como todo movimento, após iniciado, é difícil ser controlado e suas consequências, que ainda são imprevisíveis, far-se-ão sentir. Por esse escrito ser apenas um ensaio inicial, vale ressaltar que as mudanças no cenário educacional e no perfil discente são bem maiores e bem mais profundas que o que foi apresentado. Isso significa que um novo público teve e está tendo acesso a um nível de ensino que seus ancestrais só sonhavam. Os resultados dessa mudança serão sentidos pelas forças que propõem o aprofundamento desse cenário de inclusão, bem como pelas forças que querem evitar qualquer mudança e manter o status quo excludente e escravocrata. Nesse embate, apostamos no novo.

Referências

- ANDIFES. **Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior**. Brasília: 2003.
- APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Políticas Públicas para o acesso ao ensino superior e inclusão no mundo do trabalho - O Programa Universidade para Todos (Prouni) em questão. In: **Anais do IV Congresso Português de Sociologia**. Lisboa: APS, 2008.
- BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; LEMOS, Jandernaide. Reforma da educação superior a partir dos anos 1990 e suas repercussões na região Centro-Oeste. In: **Teoria e prática da educação**, v. 14, n. 2, 2012. p. 123-137.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília: 2007c.
- BRASIL. **Relatório de auditoria operacional sobre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – MEC**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2011.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. [Lei das cotas]. Brasília: 2012a.

BRASIL. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012.** Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, Brasília: Ministério da Educação, 2012b.

BRASIL. **Expansão da rede federal.** Brasília: Ministério da Educação, 2016.

MANCEBO, Deise. **Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995- 2014).** ANPED: 2015.

RISTOFF, Dilvo. **Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação.** Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2016. (Cadernos do GEA – n. 9)

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. In: **Ensino Superior Unicamp**, v. 4, 2011. p. 28-43.

Nota

ⁱ A escolha pelos dados do Censo da Educação Superior de 2004 e 2010 está vinculada à implantação das políticas citadas. Já o de 2017 foi escolhido em virtude da atualização a partir dos dados disponíveis.

Sobre os autores

Damião de Lima

Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Mestre em Economia e Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professor da Universidade Federal da Paraíba, atuando no Departamento de História, no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior e no Mestrado Profissional em Ensino de História.

E-mail: damlima@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1441-5413>

Ana Paula Furtado Soares Pontes

Doutora em Educação, Mestra em Educação e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é professora da Universidade Federal da Paraíba, atuando no Departamento de Habilitações Pedagógicas e no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior.

E-mail: ana.pontes@academico.ufpb.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8992-9091>

Edlamar Oliveira dos Santos

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestra em Ciências de La Educación Superior - Universidad de Matanzas Camilo Cienfuegos e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Roraima. Atualmente é professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, no curso de Licenciatura em Geografia e no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

E-mail: edlamarsantos@reitoria.ifpe.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9852-3237>

Recebido em: 06/12/2020

Aceito para publicação em: 29/06/2021